

ABRINDO OS MARCOS TEÓRICOS PARA O ENTENDIMENTO DAS AÇÕES COLETIVAS RURAIS*

Ilse Scherer-Warren**

RESUMO: Este texto encaminha um debate acerca dos marcos teóricos utilizados para a análise dos movimentos sociais rurais contemporâneos. A partir desta reflexão, busca indicativos significativos da produção teórica específica sobre as ações coletivas e os movimentos sociais das últimas décadas na América Latina. Analisa sua apreensão pelos mediadores políticos e a adequação de sua incorporação nas ações coletivas. Finalmente, a partir desta avaliação, encaminha sugestões para uma nova agenda de pesquisa sobre os processos políticos no mundo rural.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria social, sociologia rural, movimentos sociais rurais, mundo rural, mediadores políticos.

INTRODUÇÃO

As tendências predominantes das Ciências Sociais nas áreas de estudo das ações coletivas e movimentos sociais rurais reportam-se aos marcos teóricos clássicos que, tradicionalmente, dicotomizaram o conhecimento em dois campos de interpretação: dos processos de transformação social (teorias da revolução) e dos processos de reprodução social (teorias da funcionalidade sistêmica).

Na América Latina, onde o legado marxista tendeu a predominar, os debates giraram em torno das oposições teóricas de Lênin (sobre o papel revolucionário do campesinato) e Chayanov (teoria neo populista

* Paper apresentado no ST01. "As Ciências Sociais e o 'mundo rural' – impasses atuais, continuidades e desafios", XXI Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, outubro de 1997.

** Professora Titular do Departamento de Ciências Sociais e Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina, Pesquisadora Sênior do CNPq.

sobre a reprodução do camponês médio) e as subseqüentes teorias de Alavi, Wolf e Scott sobre o papel político-ideológico deste campesinato (BRASS, 1991). Em todas estas tendências busca-se, em última instância, as possibilidades de mobilização de massa com vistas a um processo de transformação revolucionária. Desta forma, tanto a abordagem leninista da formação histórica em termo de classes, como a abordagem da “economia moral”, de seus revisores acima citados, que remete para a busca das formas cotidianas de resistência camponesa, recaem numa mesma tendência de construção de uma teleologia explicativa das ações coletivas rurais, a partir de um fundamento ou uma determinação econômica. Uma relativização a esta determinação é introduzida pela incorporação de elementos da abordagem culturalista das Teorias dos Novos Movimentos Sociais (conforme será desenvolvido no próximo item).

A universalização dos pressupostos teóricos de todas estas abordagens e sua automática transposição para o entendimento dos movimentos sociais, na América Latina, têm sido apontadas como limitadoras do conhecimento por vários pesquisadores. Ao confrontar a utilização destes grandes marcos teóricos com resultados obtidos a partir de observações e de pesquisas de campo, vários estudiosos têm apontado a insuficiência destes instrumentos teóricos para apreender a complexidade do real. Algumas recomendações para abrir estes marcos teóricos incluem a necessidade de:

- Abrir uma maior interlocução da Sociologia Rural com a teoria sociológica geral, a fim de incorporar seus avanços mais recentes, tais como aqueles em torno das relações entre natureza, história e cultura (PORTO, 1993; CAVALCANTI, 1993).
- Introdução da noção de complexidade, a fim de superar a crise dos paradigmas da Sociologia Rural, sobretudo as excessivas tendências classificatórias funcionalistas e marxistas, com a incorporação de uma perspectiva analítica que reconheça a historicidade dos processos sociais agrários e a dimensão espaço-temporal dos conflitos (SANTOS, 1993).

- Superação das análises lineares e das visões teleológicas em torno das noções do papel das classes sociais rurais nos processos revolucionários (MARTINS, 1989; FERRANTE, 1993 e 1994).

Neste trabalho pretendo participar deste debate. Comparo, inicialmente, os pressupostos clássicos dos enfoques estruturalistas e culturalistas, extraindo indicadores para sínteses analíticas inovadoras, não reducionistas. A seguir, discuto as críticas de pesquisadores à aplicabilidade de modelos ideologicamente hegemônicos nas interpretações e nas assessorias aos movimentos sociais rurais. Por fim, introduzo elementos para uma agenda de pesquisa das ações coletivas e dos movimentos sociais rurais.

OS ENFOQUES ESTRUTURALISTAS E CULTURALISTAS

Os críticos ao reducionismo das abordagens clássicas marxistas (leninista e marxistas ortodoxas) e das suas tentativas de revisão (neopopulista, economia moral e marxistas heterodoxas), encontraram nas teorias dos novos movimentos sociais e em pressupostos teóricos das teorias da pós-modernidade uma fonte para suas reflexões. Trata-se de introduzir na análise de processos políticos concretos a idéia de complexidade e de diversidade de sujeitos e ações sociais. Neste contexto é que emerge com força a dimensão cultural no estudo das formações sociais.

Proponho-me a mapear e comparar alguns dos pressupostos subjacentes em ambas as visões (estruturalista e culturalista), a fim de encaminhar uma reflexão acerca de seus alcances e limites. O quadro a seguir servirá como guia aos meus comentários.

Quadro de referência aos estudos dos Movimentos Sociais Rurais

Categorias e Dimensões Analíticas	VISÃO	
	Estruturalista	Culturalista
Lógica para explicação das ações coletivas	Lógica dos condicionantes	Lógica da mobilização
Raízes da ação política	Macrofundamentos econômico-nômicos	Microfundamentos sócio-culturais
Definição dos sujeitos coletivos	Relações classistas genéricas	Relações específicas e contingentes
Temporalidade das ações	Processos históricos de longa duração	Processos sociais de duração mais curta

Espacialidade das ações	Territorialidade abrangente com unidades globalizadas	Territorialidade mais localizada com conexões local-global
Utopia emancipatória	Transformações revolucionárias	Transformações pela resistência democrática

O pensamento estruturalista se apóia numa lógica que fundamenta as ações coletivas nos condicionantes (ou determinações) econômico-estruturais, enquanto a visão culturalista enfatiza a lógica da mobilização coletiva. Desta forma, na primeira trata-se de buscar na estruturação fundiária e na configuração dos processos produtivos as possibilidades de formação dos movimentos sociais rurais e, em última instância, nas relações entre macrofundamentos econômicos, ideológicos e políticos. De acordo com a segunda, a construção de identidades coletivas, de políticas contestatórias e de novas manifestações político-culturais, têm suas raízes nos microfundamentos das relações sociais cotidianas, ou seja, em torno de identificações sócio-culturais específicas.

Na visão estruturalista os sujeitos coletivos serão, portanto, definidos em torno de categorias abrangentes e uniformes (o campesinato, o proletário ou semiproletário rural), enquanto que a culturalista refere-se a grupos empíricos específicos (índios, seringueiros, mulheres agricultoras, etc). Na primeira, é atribuído às práticas políticas um significado classista genérico. Na segunda, este significado pode ser contingente, dependendo da práxis que se desenvolve no interior de cada movimento, seja étnica, de gênero, de classe, ou ainda mais particularizada, como, por exemplo, dos “atingidos pelas barragens”, das “quebradeiras de côco”, cuja auto-identidade pode ser construída em torno de critérios singulares porém múltiplos – ecológico, de gênero, diversidade econômica (vide ALMEIDA, 1995).

A dimensão espaço-temporal também se coloca diferentemente para as duas vertentes. Na estruturalista os territórios de referência são mais amplos, e os processos históricos de duração mais longa. Trata-se de examinar os movimentos sociais em função de processos históricos feudais, capitalistas ou neoliberais, através de suas configurações continentais, nacionais, regionais e locais, deduzindo-se das explicações mais gerais o particular. A culturalista preocupa-se em analisar ações coletivas

específicas e localizadas, buscando os significados mais abrangentes apenas nas articulações que estas, porventura, estabeleçam com outras organizações. Centra-se também em processos históricos de duração mais curta, tais como os relativos a conquistas cidadãs e a democratização no cotidiano.

Enfim, a utopia emancipatória dos estruturalistas refere-se à possibilidade de transformações sistêmicas revolucionárias de longa duração, e a dos culturalistas a transformações graduais, cumulativas, através da resistência democrática de múltiplos atores coletivos.

Não se trata de optar pela estrutura ou pelo sujeito/ator (vide TOURAINE, 1994), conforme muitos já mencionaram. Mas de abrir os marcos teóricos hegemônicos de forma a contemplar revisões críticas e paradigmáticas, como as que seguem.

No estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais rurais (MSR) é necessário considerar, em cada caso, o peso e a relevância da lógica dos condicionantes e da lógica da mobilização. Por exemplo, em relação ao Movimento Sem Terra (MST), é necessário considerar tanto os macrofundamentos (a estrutura agrária e suas contradições) que caracterizam os conflitos que deram origem a sua organização, quanto sua prática articulatória (cf. LACLAU, 1986), historicamente situada, que desenvolveu uma eficiente rede política nacional dos sem terra, com respaldo internacional. Para a análise dos processos mobilizatórios, a abordagem das Teorias dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) nos ajuda a pensar **porque** os atores se mobilizam, já as Teorias da Mobilização de Recursos (TMR),¹ examinam **como**, ou quais as estratégias dos atores para se mobilizarem (FOWERAKER, 1995). Sínteses analíticas mais recentes procuram integrar estas duas dimensões – a simbólica e a instrumental – e uma das alternativas tem sido a análise das redes que se estabelecem entre atores políticos e organizações dos movimentos (SCHERER-WARREN, 1997a e 1997b).

¹ As TMR tiveram pouca penetração nas análises sobre movimentos sociais na América Latina (vide Foweraker, 1995).

Em alguns casos de MSR, temporalidades históricas distintas se impõem com força para a análise. O movimento pode ser conduzido tanto por uma utopia que vise mudanças em processos civilizatórios de longa duração, como encaminhar reivindicações e formas de resistência que visem conquistas cidadãs mais imediatas. Como exemplo, pode ser lembrado um movimento de mulheres agricultoras, cuja bandeira de transformação da sociedade patriarcal vem acompanhada de uma agenda de lutas por direitos sociais e políticos imediatos (previdência, sindicalização, etc). (DABOIT, 1996, CASAGRANDE, 1991).

Além da relevância das micro e das macroestruturas, enquanto fundamentos das mobilizações, a contemporaneidade exige que se considere a conectividade de processos sociais locais e globais. É importante que se analise em que medida a globalização da economia ou da política tem implicações em situações agrárias particulares ou em organizações rurais específicas (por exemplo, os seringueiros, os ribeirinhos, as quebradeiras de côco, etc); e que impactos os movimentos específicos do mundo rural têm no cenário político planetário (vide GOHN, 1997, p. 160; SCHERER-WARREN, 1996, p. 95-110).

É necessário também considerar nos MSR a construção e a defesa de identidades específicas, bem como as possibilidades de articulações políticas mais amplas entre diversos movimentos. No sul do Brasil há um conjunto de MSR (MST, Mulheres Agricultoras, Barragens e Sindicalismo) que tem crescido em torno do aprofundamento de suas lutas específicas, mas que se fertilizam reciprocamente através da circulação dos mesmos sujeitos em vários movimentos, bem como de participação em manifestações conjuntas. (NAVARRO, 1996a; POLI, 1995).

MEDIAÇÕES NAS AÇÕES COLETIVAS RURAIS

Parte-se do pressuposto de que há, ainda que de forma não determinística, relações de reciprocidade (a reflexividade segundo GIDDENS, 1991 e 1996) das práticas de produção e reprodução do conhecimento

científico com as mediações políticas de assessorias e lideranças e com a subsequente prática política dos movimentos sociais. Considerando-se o diagnóstico da morosidade na renovação das teorias sobre os MSR, nos anos recentes, pretende-se questionar sobre o alcance destes referenciais para compreender o desenvolvimento das novas intersubjetividades construídas coletivamente no mundo rural.

As mediações políticas nos MSR têm sido realizadas através de assessorias externas (ONGs, Pastorais, lideranças partidárias, profissionais universitários, etc.) e de lideranças oriundas das bases dos movimentos (como no MST através da formação de quadros).

Tem sido objeto de reflexão de vários estudiosos como as teorias hegemônicas sobre os MSR fazem-se presentes nas mediações políticas efetuadas por assessorias e lideranças dos movimentos e quais suas implicações. A avaliação crítica de alguns pesquisadores traz indicativos de problemas oriundos de incorporações teóricas não reavaliadas espaço-temporalmente, como segue.

- A imposição ideológica do igualitarismo em culturas que valorizam formas sociais hierarquizadas:

Manifesta-se assim um choque de valores entre os princípios organizadores dos mediadores (igualitarismo) e os princípios de uma grande parte das populações camponesas assentadas (hierarquia). Após o primeiro momento do assentamento (...) de grande influência dos mediadores, e onde todo mundo é "cooperativo", "comunitário", "coletivo", passa-se a vivenciar a tensão cotidiana, permanente, entre igualitarismo e hierarquia. Isto é, entre os valores básicos dos mediadores e dos grupos "conscientizados" por eles (...), por um lado, e do grande número de assentados, por outro. É uma tensão estrutural entre dois princípios que procuram ser organizadores do tecido social dos assentamentos. Por um lado, o voluntarismo político dos mediadores tenta, através de seus discursos, que os assentados se vivenciem "igualitários" na concepção "igualitária" dos mediadores. Por outro, as disposições, os hábitos, as práticas, as tradições dos grupos camponeses, que giram em torno do valor da hierarquia, são reproduzidos por grande número dos assentados. (Romano, 1994, p. 257-258).

- A lógica coletivista dos mediadores em confronto com a lógica do "trabalho livre" dos pequenos produtores rurais. Paulilo (1996, p. 121-

59), analisando um assentamento de reforma agrária em Santa Catarina, percebeu que:

Há conflitos entre coletivos e individuais (...). Tanto a Igreja como o MST tinham nítida preferência por esse tipo de organização (a coletiva), o que provoca queixas de outras famílias assentadas (...). Há o choque de duas éticas. Para o camponês, o trabalho dá sentido à sua existência. A ética proletária distingue trabalho e vida. Tendo sido o proletário considerado pela esquerda como a classe que comandaria o processo de socialização, há uma grande influência da ética urbana e operária no comportamento dos mediadores. O raciocínio clássico de Lenin e Kautsky reforça esta influência (...). O camponês tem uma ética relativa ao trabalho diferente da dos grupos proletários. O trabalho lhe dá sentido à vida e está vinculado à família (...). Disso deriva, algumas vezes, a imposição de modelos estranhos à sua lógica.

- Paradoxos entre o imaginário político comunitarista das bases dos MSR (típico nos primórdios do MST) e a introdução de uma utopia revolucionária dos mediadores, com implicações de reinversão de uma participação política basista, por um formato organizacional com base nos princípios do centralismo democrático:

Vale lembrar como, através dos movimentos, pode, e de fato têm sido democratizadas as próprias relações entre os trabalhadores. (...) A vitalidade dos movimentos reside em grande parte nesta democratização de atitudes e práticas. (...) a crise de certos movimentos é, em grande parte, a crise de perda desta dimensão e da volta dos velhos mecanismos centralizadores. (GRZYBOWSKI, 1994, p. 295-296).

No início o MST realizava com maior frequência consulta às suas 'bases', com uma prática assídua de reuniões e discussões sistemáticas. (...) aos poucos o MST centralizou suas decisões (...) tornando-se menos democrático e aberto à participação de seus aderentes. (...) Tornou-se, portanto, nos anos recentes, um movimento de quadros, em consonância com o manual leninista (NAVARRO, 1996a, p. 90-91).

- Crescente privilegiamento das disputas pelo poder e da conseqüente vinculação das pautas dos movimentos a interesses de pautas partidárias, tem sido mais um dos estímulos dos mediadores junto aos MSR:

A crise atual não é crise dos grupos subalternos, mas dos grupos de mediação, grupos de apoio intelectual às lutas populares. Cooptados pelos partidos, que se concebem como a mediação adequada e permanente, não conseguiram caminhar na direção da produção de uma teoria da prática atual e real das classes subalternas – prática popular e de base (MARTINS, 1989, p. 134-135).

As tendências e grupos políticos de esquerda acabaram tendo êxito em vencer agentes de pastoral de que de nada adiantava todo o trabalho que faziam se sua proposta não fosse além dos limites da Igreja e da religião. (...)

Todo o trabalho pastoral só teria sentido se transformado em momento do processo político. A política, e sobretudo a política partidária, passou a definir o sentido da ação pastoral. Em consequência, o objetivo maior de transformação política profunda predominou sobre as necessidades imediatas, de sobrevivência, proclamadas pelos trabalhadores rurais. Em consequência, também os sobrepostos objetivos políticos impuseram a forma de mediação que viabilizaria o processo: a **organização** – o sindicato e o partido. Finalmente, a própria mediação passou a definir a identidade do sujeito (**o trabalhador genérico**), que devia enquadrar-se no estereótipo, assumir sua ideologia e projeto (MARTINS, 1994, p. 160-161).

- Uma retórica de democracia em lugar de uma prática efetivamente democrática junto às bases dos movimentos. NAVARRO (1997) avaliou, recentemente, a atuação do MST nos seguintes termos:

Desafortunadamente, o MST tem seguido, em sua estrutura interna, uma trajetória quase nada democrática e, externamente, apenas retoricamente tem dirigido seus esforços para a democratização real dos espaços sociais em que exerce influência. Provavelmente, este apego meramente instrumental à democracia (...) seja uma de suas facetas mais frágeis, pois não contribui para enraizar as oportunidades reservadas aos mais pobres do campo como expressões legítimas das disputas políticas, pressuposto absolutamente necessário para a democratização de sociedades tão desiguais como é a brasileira.

- Na mesma direção, MARTINS (1994, p. 162-163), referindo-se à ação das pastorais sociais junto aos MSR, recomenda que se faça o caminho de “volta às bases”, através de um processo político-ideológico pluralista e de reconhecimento das alteridades. Isto implicaria também uma reavaliação dos processos organizativos:

A volta, porém, deve ser também o movimento de democratização das organizações, para que reconheçam e assumam a diversidade da unidade, a pluralidade das situações, necessidades e reivindicações. É evidente que esse movimento de volta questiona os monolitismos, as unanimidades obrigatórias, as lutas por hegemonia no interior das organizações como lutas prioritárias.

- Outra questão apontada refere-se aos reducionismos classificatórios dos múltiplos grupos organizados ou mobilizáveis no mundo rural, em contraposição a uma crescente necessidade de reconhecimento da existência de uma pluralidade de identidades específicas em construção, em torno de movimentos espaço-temporalmente definidos. Deve

ser lembrado que as identidades expressam as raízes histórico-culturais dos participantes nos movimentos, bem como a intersubjetividade construída na prática política interna e externa de cada movimento em particular. Nesta direção, FERRANTE (1994, p. 127-144), numa análise do movimento dos bóias-frias, observou que:

A proposta de discutir a relação bóias-frias x assentados x mediadores no processo de constituição dos assentamentos em movimento, alinhado à impossibilidade de se impor um modelo teórico unívoco na interpretação das experiências múltiplas que representam as lutas dos bóias-frias e sua inserção na demanda pela terra, exige um tratamento analítico voltado à compreensão da diferenciação entre o lutar, o viver e o buscar permanecer na terra. (...) Desse quadro diferenciado de ações e representações do fazer-se dos assentados e assentamentos, fica configurada a dificuldade de ser institucionalizada uma determinada identidade social, assim como fica provada a falência dos modelos que analisam agentes e mediadores por atributo de um dever ser. Delinearam-se perspectivas de construção de trajetórias sociais possíveis para os bóias-frias, para os mediadores e antagonistas que se fizeram presentes nesse campo de luta, enquanto virtualidades não definidas por critérios estruturais ou identidades absolutizadas.

- A naturalização do tema da violência é um outro problema pouco tratado nos trabalhos de mediação junto aos MSR. Neste sentido, novamente MARTINS (1994), chama a atenção para o fato de que:

Temas fundamentais, presentes na ação pastoral cotidiana, ficam habitualmente fora da definição das linhas de ação pastoral. O tema da impunidade e da injustiça não aparece como tema das linhas de ação. Aparece apenas como violência gratuita.

- A naturalização da violência pode vir a ser reforçada por uma posição político-ideológica de alguns militantes que postulam que os fins justificam os meios. Nesta direção, CALDERÓN (1995, p. 78-82), observou em relação ao Sendero Luminoso, no Peru, que

... a través de un discurso mesiánico internamente muy cohesionador y externamente absolutista, donde los fines últimos se subordinan a los medios que cada vez más se organizarían en torno de acciones punitivas y violentas (...). Pero esta lógica donde "nadie y todos son culpables", produce una serie de efectos socialmente perversos, ya no sólo en lo relativo a los derechos humanos en sentido estricto, sino a las propias dinámicas sociales como, por ejemplo, la revitalización de rivalidades comunales e intracomunitarias, el fraccionamientos y los conflictos familiares y el retraimiento comunitario frente a la sociedad nacional.

Frente à perversidade desta lógica, CALDERÓN se opói a RAVAIOLI (1982) para sugerir um basta à guerra, um rechaço à agressividade onde ela se manifesta com conseqüências mortíferas, enquanto uma saída para a superação de uma lógica que crê poder resolver os problemas da vida com a morte. Acrescenta que “*os direitos humanos são os únicos valores absolutos*” (op. cit., p. 82).

Poderia-se, nesta altura, perguntar por que “as idéias encontram-se fora do lugar” nestes trabalhos de mediação e em muitas das interpretações acerca dos MSR?

A pesquisa sociológica poderá contribuir nesta direção à medida que analisar e avaliar os seguintes aspectos da reflexividade do conhecimento das Ciências Sociais no mundo rural:

a) Quando a teoria se torna ideologia.

Neste caso, não se pergunta a partir de que identidades e valores os indivíduos se constituem em sujeitos, como se organizam em atores coletivos, que princípios os orientam e influenciam em suas alianças, etc. A teoria da mudança determina previamente a configuração dos atores e prescinde da pesquisa e da construção de novos conhecimentos.

b) Quando há um hiato entre ideologia e cultura de base.

Ocorre quando os mediadores transportam acriticamente suas preferências ideológicas para as bases dos movimentos, sem buscar compreender as tradições culturais, as redes submersas que dão sustentação às suas organizações (cf. SCHERER-WARREN, 1997a), sem avaliar as dinâmicas das intersubjetividades que vão sendo construídas no bojo do novo processo organizacional, e assim por diante.

c) Quando não se distingue o mito da utopia nos movimentos sociais.

O mito reproduz uma crença de transformação social, a qual prescinde de uma avaliação em termos de possibilidades políticas e de estratégias válidas para a mudança, restringindo-se a uma incorporação ideológica de programas políticos monolíticos.

Chamo de utopia uma projeção para o futuro que se apóia num projeto emancipatório que incorpora avaliações constantes das estratégias e viabilidades de transformação social, e cuja reflexividade inclui as relações entre teoria, ideologia e ação dos movimentos sociais.

d) Quando as tensões políticas e ideológicas não são explicitadas.

A explicitação de tensões entre atores e agrupamentos internos nos movimentos, destes com agentes externos ou dos próprios mediadores entre si é que permitirá a transparência das diferenças, a subsequente possibilidade de formulação de propostas de negociações e de consensos democráticos mínimos.

ELEMENTOS PARA UMA AGENDA DE PESQUISA

Considerando-se a hegemonia de algumas matrizes teóricas para o entendimento das ações coletivas rurais, sua apropriação pelos mediadores políticos e as críticas de pesquisadores das Ciências Sociais sobre suas freqüentes inadequações, pretende-se sugerir algumas proposições para futuras investigações, as quais deverão também estar abertas à incorporação de novas contribuições do pensamento sociológico.

1. A lógica dos condicionantes estruturais (em suas dimensões histórico-econômica e cultural) e a lógica dos processos de mobilização política (em suas dimensões simbólico-solidarística, instrumental-estratégica, intra-organizacional e interorganizacional) são aspectos que se complementam para a análise das ações coletivas no mundo rural. Isto assim ocorre, porque as estruturas das sociedades agrárias têm geralmente um peso relevante na constituição da vida social, por um lado, e porque os processos políticos também têm sua autonomia relativa, relacionada a influências conjunturais, e a mediações políticas contingentes (cf. LACLAU e MOUFFE, 1985), por outro.

Nesta direção, os modelos de interpretação estrutural monolíticos também devem ser superados, uma vez que a historicidade das sociedades agrárias na América Latina não é homogênea. Conforme coloca OTERO (1990, p. 121), “*dada a heterogeneidade da sociedade em países como o*

México, é imprescindível transcender a análise reducionista de classes para o estudo da formação política das mesmas. Aqui se tem sugerido a importância de outras duas mediações determinantes do processo: a cultura e a intervenção estatal?. Esta observação nos remete a considerar a relação dos MSR com a estrutura de poder em cada sociedade, tanto do ponto de vista de sua composição quanto das alianças políticas historicamente efetuadas, tendo em vista suas tradições político-culturais. (Estes aspectos serão tratados em desdobramentos abaixo).

2. É necessário investigar as relações e os confrontos dos movimentos emancipatórios com as ações coletivas das elites agrárias, bem como com outras configurações políticas instituídas (aparato estatal, partidos políticos, etc). Segundo TOURAINE (1989, p. 258), na América Latina, historicamente tem havido no mundo rural uma subordinação dos atores sociais aos atores políticos, por isso que muitos movimentos expressam seu potencial revolucionário através de uma luta que é ao mesmo tempo anticapitalista, antiimperialista e comunitária, opondo-se simultaneamente às estruturas do poder estatal e econômico (global e local). Todavia sua histórica subordinação no nível político, leva muitos movimentos a buscarem alianças com os chamados “partidos de oposição”, vindo muitas vezes a se subordinar aos interesses de disputas pelo poder. Cabe, portanto, às Ciências Sociais analisar os significados destas alianças.

Em relação aos contramovimentos como por exemplo a União Democrática Ruralista – UDR, no Brasil, é necessário avaliar o alcance de suas ações coletivas, de seus *lobbies* nos campos jurídicos, parlamentares e estatais e de alianças com outras facções das elites que combatem o “projeto camponês” (cf. BRUNO, 1997).

3. As estruturas de dominação no campo têm também reproduzido as estruturas e a naturalização do uso da violência. É necessário, portanto, investigar como esta violência expressa-se nas práticas políticas coletivas. Conforme BRUNO (1997, p. 58), tanto a UDR como o MST têm colocado a inevitabilidade da violência como meio de lutar por seus interesses. Todavia, a primeira justifica o uso da violência para a defesa

de seu patrimônio, através da violência direta, ativa, formando inclusive milícias armadas para atuar em áreas ocupadas por sem terras, e legitimando as formas de dominação históricas, ou seja, a violência institucionalizada. A segunda justifica a violência como uma forma de resistência e de luta contra a miséria, a fome e a falta de meios de sobrevivência, isto é, legitimando o direito de lutar pela transformação das estruturas de dominação.

Portanto, trata-se de analisar os diferentes significados atribuídos à violência e as conseqüentes formas que esta assume nas práticas sociais cotidianas, bem como de seus resultados em termos de reprodução de formações sociais autoritárias ou de criação de novos direitos de cidadania.

4. O passo seguinte para o entendimento das ações coletivas no campo, deve justamente aprofundar a análise da articulação das dimensões cultural e política. Os movimentos sociais, normalmente, organizam-se em torno da construção de identidades coletivas, histórica e culturalmente referenciadas (dimensão simbólica), bem como tendo em vista conquistas políticas objetivas (dimensão estratégica). Portanto, os movimentos têm o seu lado de construção de subjetividades coletivas, de representações simbólicas, de intersubjetividades éticas, bem como de organização em grupos de pressão política, de conscientização política, de articulações e de alianças políticas mais abrangentes, da definição dos opositores e do desenvolvimento de mecanismos de contestação, disputa e negociação política.

Para GIMÉNEZ (1994), a análise dos movimentos sociais propõe identificar os significados da ação coletiva em função de uma identidade imputada ao ator social, cuja identificação em si associa-se à lógica da mobilização. Pode-se trazer para este cenário o caso dos movimentos camponeses mexicanos, onde a identidade étnica se coloca como uma mola propulsora fundamental (PARÉ, 1994). Todavia, a autora acrescenta como, do ponto de vista metodológico, esta dimensão cultural não deve prescindir de uma abordagem que considere as diversidades internas ao campesinato e fatores conjunturais presentes em sua cons-

tuição enquanto sujeito/ator. Isto nos remete aos próximos pontos desta agenda.

5. As identidades construídas em torno dos movimentos sociais são contingentes e um mesmo movimento pode articular múltiplas posições e identificações dos sujeitos (cf. LACLAU, 1986). Portanto “*uma abordagem que nos permita compreender como é construído o sujeito, através de vários discursos e posições de sujeitos, será certamente mais adequada do que outra que reduza a nossa identidade a uma única posição – seja a classe, a raça ou o gênero*” (MOUFFE, 1996, p. 120).

Nesta direção, ALMEIDA (1995, p. 14) aponta como as quebradeiras de côco de babaçu, desde 1989, começaram a constituir “*um movimento social que se estrutura segundo critérios organizativos múltiplos, apoiados em princípios ecológicos, de gênero e de base econômica não-homogênea. Compreendem mobilizações em torno da terra, do livre acesso e da preservação dos babaçuais e da relevância do trabalho feminino na unidade doméstica (...)*”.

A articulação de diversas posições de sujeitos pode se dar de forma mais instrumental ou substantiva, dependendo de como ela é trabalhada no interior do próprio movimento ou por seus mediadores. Por exemplo, VANDANA SHIVA (1991) demonstra como na Índia o movimento de mulheres rurais articulou, substantivamente, as dimensões femininas, ecológicas e de luta pela sobrevivência. A articulação da luta pela sobrevivência com a luta pela preservação da natureza também pode ser observada em alguns movimentos no Brasil, como o dos seringueiros e dos indígenas (SCHERER-WARREN, 1996). Em outros, esta articulação fica mais ao nível discursivo, mas com certa dificuldade de ser incorporada no conjunto das práticas de seus atores, como em relação à agricultura sustentável (SILVA, 1997; STRAPAZZON, 1996). Portanto, o pesquisador poderá achar conveniente confrontar a análise das matrizes discursivas que orientam a ação com aquela das práticas sociais cotidianas.

6. Ao nível das articulações mais instrumentais merecem ser analisadas as que se realizam tendo finalidades estratégicas, sejam de natureza econômica ou política. Nesta linha vale recuperar a história do associati-

vismo rural no Brasil, o significado de suas múltiplas e variadas formas, organizadas ora em torno de segmentos sociais heterogêneos, ora em torno de interesses específicos das classes: o mutualismo, os mutirões, as associações rurais, o sindicalismo de trabalhadores rurais e o patronal, a UDR, os miniprojetos alternativos, os cooperativismos, etc. A fim de apreender a dimensão emancipatória dos movimentos associativistas, algumas diretrizes têm sido indicadas como relevantes para a análise: a democratização dos processos decisórios no interior das organizações (NAVARRO, 1996b); a lógica produtivista redirecionada para uma “economia popular” (CORAGGIO, 1997), para o desenvolvimento sustentável ou para estratégias agroecológicas (GUZMÁN, 1997). Uma avaliação sobre o papel das ONGs como mediadoras nestes processos de inovação no associativismo rural também tem sido objeto de análises significativas (vide RUIZ, 1994; ALTORRE e AGUILAR, 1994; GAIGER, 1996, PÉREZ, 1997).

7. Para além das considerações sobre as relações entre micro e macro-estruturas, enquanto fundamentos a serem considerados na análise da formação dos movimentos sociais, nas sociedades em processo de globalização requer-se mapear as constantes reterritorializações das ações coletivas (SCHERER-WARREN, 1997a). Face aos avanços nos campos da informação e da comunicação, as conexões das ações locais com outros atores e organizações em escalas mais globais são cada vez mais frequentes (SCHERER-WARREN, 1997b). Elas permitem reforçar a capacidade dos atores de compreender e de transformar suas realidades, na medida em que articulam diferentes escalas de reflexão e de ação – o local, o nacional, o regional e o mundial (cf. FPH, 1996) – e de forma crescente o mundo rural e o mundo urbano.

Portanto, cabe investigar em que redes de movimentos as diversas organizações civis rurais participam, e qual o significado e o alcance das ações políticas resultantes destas novas formas de articulação, em termos de grau de coesão grupal, tipo de solidariedade, de estratégias, mecanismos de pressão e de negociação política, construção de novas intersubjetividades e de expressões simbólicas, universalização de no-

vos valores e hibridação de outros (cf. SCHERER-WARREN, 1997b). Por exemplo, em relação ao MST é interessante analisar os significados das ações políticas, de suas utopias, de suas expressões simbólicas e místicas, ao nível das bases locais do movimento, ao nível de suas representações regionais, nacionais e mesmo internacionais, e da mútua influência entre estas várias escalas do movimento, dependendo do tipo de relacionamento entre os respectivos atores.

8. Cabe também às Ciências Sociais buscar compreender as articulações que se estabelecem ao nível das representações simbólicas, entre os legados histórico-culturais e as propostas de transformação. Estas articulações tanto podem comportar significados emancipadores como reacionários, conforme segue.

Segundo BOAVENTURA DOS SANTOS (1997), a recuperação do passado histórico (as raízes) na medida em que se transforma em indignação no presente, pode assumir o perfil de uma opção libertadora. RUIZ (1994) acrescenta que a recuperação da história poderá ser a base para a criação de uma utopia sobre o futuro, a liberação de forças sociais não sujeitas a esquemas organizativos, rumo a uma cultura contra-hegemônica. Ou, conforme SHIVA (1991, p. 252), no exemplo de volta às raízes das mulheres rurais: *As categorias ecológicas com as quais elas pensam e atuam podem converter-se em categorias de libertação para todos, homens e mulheres, ocidentais e não ocidentais, seres humanos e não humanos do planeta. Ao haver afastado a "vida" do centro da organização da sociedade humana, o paradigma dominante do conhecimento se converteu numa ameaça para a vida mesma. As mulheres do Terceiro Mundo estão situando novamente no centro da história humana o interesse pela vida e pela sobrevivência.*

Por outro lado, na contramão da história dos movimentos sociais, surge a recuperação reacionária dos legados da tradição. BRUNO (1997, p. 63) nos adverte para a simbiose entre o tradicional e o novo realizado pela UDR: *A UDR mostrou que tem força para fazer prevalecer seus interesses frente às novas condições de desenvolvimento. E o faz tanto resgatando e recriando seus instrumentos tradicionais de dominação, como por exemplo a reconstrução da*

rede de lealdades, como se apossando do novo. A simbiose entre as práticas modernas e tradicionais é, na realidade, a estratégia política da dominação.

Trata-se, pois, de investigar junto às ações coletivas rurais se a volta às raízes, às tradições culturais, aos mitos fundantes, à mística, e sua articulação com as opções políticas, com as propostas de transformação, com as utopias, tem uma caráter libertador, instituinte de processos civilizatórios emancipadores, contra-hegemônico à dominação e à exclusão social; ou se reproduz o *status quo* e as formas instituídas de discriminação e dominação social.

Esta agenda, como qualquer agenda de pesquisa, deverá ser considerada como um espaço aberto para a introdução de novas temáticas, de novas dimensões analíticas, sujeito a revisões constantes, com vistas a buscar aproximações na compreensão da complexidade e diversidades de formas de ações coletivas e de processos políticos no mundo rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de
1995 **Quebradeiras de Côco Babaçu**: identidade e mobilização. São Luís: Movimento Interestadual das Quebradeiras de Côco Babaçu (MA, PI, TO, PA).
- ALTORRE, G., AGUILAR, J. G.
1994 La identidad y el papel de las ONGs en el ámbito rural. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 56, n. 2, p. 159-163.
- BRASS, Tom
1991 Moral economists, subalterns, new social movements, and the (re-) emergence of a (post-) modernised (middle) peasant. **The Journal of Peasant Studies**, v. 18, n. 2, p. 173-205.
- BRUNO, Regina
1997 **Senhores da terra, senhores da guerra**: a nova face política das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária/UFRJ.
- CALDERÓN, Fernando
1995 **Movimientos sociales y política**: la década de los ochenta en Latinoamérica. México: Siglo Veintiuno/Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Humanidades.
- CASAGRANDE, Jacir L.
1991 **Movimentos sociais no campo**: mulheres agricultoras em Santa Catarina. Florianópolis. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

- CAVALCANTI, Josefa Saete Barbosa
1993 Teoria sociológica e agricultura: tendências e desafios. **Cadernos de Sociologia da UFRGS**, Porto Alegre, n. especial, p. 61-7.
- CORAGGIO, José Luis
1997 Alternativas para o desenvolvimento humano em um mundo globalizado. **Proposta**, n. 72, p. 30-8.
- DABOIT, Pedro Carlos
1996 **Do sócio-religioso ao sócio-político**: a nova relação entre o movimento de mulheres agricultoras e a Igreja Católica no Oeste catarinense. Florianópolis. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina.
- FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta
1993 A proletarianização tem cartas marcadas (a terra no horizonte dos bóia-frias). **Cadernos de Sociologia da UFRGS**, Porto Alegre, n. especial, p. 69-76.
- FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta
1994 Diretrizes políticas dos mediadores: reflexões de pesquisa. In: MEDEIROS, L. et al. (org.), **Assentamentos rurais**: uma visão multidisciplinar, São Paulo: Unesp.
- POWERAKER, Joe
1995 **Theorizing social movements**. London, Pluto.
- F. P. H.
1996 **Carte d'identité et projet, 1996/2000**.
- GAIGER, Luiz Inácio
1996 **Formas de combate e de resistência à pobreza**. São Leopoldo: UNISINOS.
- GIDDENS, Anthony
1991 **As conseqüências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: UNESP.
- GIDDENS, Anthony
1996 **Para além da esquerda e da direita. O futuro da política radical**. Tradução de Alvaro Hattnher. São Paulo: UNESP.
- GIMÉNEZ, Gilberto.
1994 Los movimientos sociales: problemas teórico-metodológicos. **Revista Mexicana de Sociologia**, v. 56, n. 2, p. 3-14.
- GOHN, Maria da Glória
1997 **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. São Paulo: Cortez.
- GRZYBOWSKI, Cândido.
1994 Movimentos populares rurais no Brasil: desafios e perspectivas. In: STÉDILE, J. P. (org.), **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: UFRGS.
- GUZMÁN, Eduardo Sevilla
1997 Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA J., Z. NAVARRO (org.). **Reconstruindo a agricultura**: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: UFRGS.
- LACLAU, Ernesto

- 1986 Os movimentos sociais e a pluralidade do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, p. 44-7.
- LACLAU, Ernesto, MOUFFE, Chantal
1985 **Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics**. Verso Books.
- MARTINS, José de Souza
1989 **Caminhando no chão da noite: emancipação política nos movimentos sociais do campo**. São Paulo: Hucitec.
- MARTINS, José de Souza
1994 **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec.
- MOUFFE, Chantal
1996 **O regresso do político**. Lisboa: Gradiva.
- NAVARRO, Zander
1996a Democracia, cidadania e representação: os movimentos rurais no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990. In: NAVARRO, Z. (org.) **Política, protesto e cidadania no campo - as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS.
- NAVARRO, Zander
1996b **Política pública, agricultura familiar e os processos de democratização em áreas rurais brasileiras com ênfase para o caso do Sul do Brasil**. (paper).
- NAVARRO, Zander
1997 Dilemas de um protagonista da luta pela terra. **Folha de São Paulo**, 29 jun., p. 14.
- OTERO, Gerardo
1990 El nuevo movimiento agrario: autogestión y producción democrática. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 57, n. 2, p. 93-124.
- PARÉ, Luisa.
1994 Algunas reflexiones metodológicas sobre el análisis de los movimientos sociales en el campo. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 56, n. 2, p. 15-24.
- PAULILO, Maria Ignez Silveira.
1996 **Terra à vista ... e ao longe**. Florianópolis: EDUFSC.
- PÉREZ, Carlos Maria
1997 **Agroecologia no Planalto catarinense: a experiência do Centro Vianei de Educação Popular**. Florianópolis. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina.
- POLI, Odilon Luiz
1995 **Aprendendo a andar com as próprias pernas: o processo de mobilização nos movimentos sociais no Oeste catarinense**. Campinas. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.
- PORTO, Maria Stela Grossi
1993 O campo revisitado. **Cadernos de Sociologia da UFRGS**. Porto Alegre, n. especial, p. 57-60.
- RAVAIOLI, C.

- 1982 **Il quanto e il quale, la cultura del mutamento**. Roma: Laterza.
- ROMANO, Jorge Osvaldo
1994 Poder, valores, e conflitos nos processos de organização no interior dos assentamentos. In: MEDEIROS, L. (org.) **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: UNESP.
- RUIZ, Carlos Cortéz
1991 Las organizaciones no gubernamentales: un nuevo actor social. **Revista Mexicana da Sociologia**, v. 56, n. 2, p. 149-157.
- SANTOS, Boaventura de Sousa.
1997 A queda do angelus novus - fragmentos de uma nova teoria da história. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 47, p. 103-26.
- SANTOS, José Vicente Tavares
1993 A construção de um outro olhar sociológico sobre o campo. **Cadernos de Sociologia da UFRGS**, Porto Alegre, n. especial, p. 77-84.
- SCHERER-WARREN, Ilse
1996 **Redes de movimentos sociais**. 2. ed. São Paulo/Rio, Loyola/Centro João XXIII.
- SCHERER-WARREN, Ilse
1997a **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec. No prelo.
- SCHERER-WARREN, Ilse
1997b **Redes e espaços virtuais: uma agenda para a pesquisa de ações coletivas na era da informação**. Paper.
- SHIVA, Vandana
1991 **Abrazar la vida: mujer, ecología y supervivência**. Montevideú: Instituto del Tercer Mundo.
- SILVA, José Graziano da
1997 Agricultura sustentável: um novo paradigma ou um novo movimento social? In: ALMEIDA, J., NAVARRO, Z. (org.) **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: UFRGS.
- STRAPAZZON, João Paulo Lages
1996 ... **E o verbo se fez terra** - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - SC -1980-1990. Florianópolis. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina.
- TOURAINÉ, Alain
1989 **Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina**. Tradução de Iraci D. Poletí. Campinas/São Paulo: UNICAMP/Trajatória Cultural.
- TOURAINÉ, Alain
1994 **Crítica da Modernidade**. Tradução de Elia Ferreira Edel. Petrópolis: Vozes.